

ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº - CEP: 68.780-000 – CNPJ: 05.351.606/0001-95

PARECER Nº 306.09/2020 - PGM/PMVN

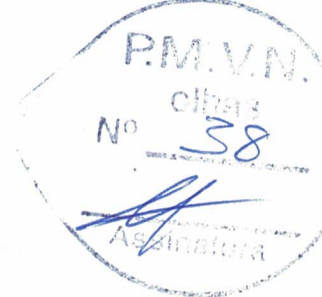
DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E
CONTRATOS. TERMO DE REFERÊNCIA.
DISPENSA. FUNDAMENTO LEGAL.
NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO.

1. Considerando o fluxo processual estabelecido pela Secretaria Municipal de Finanças conforme comunicado via Ofício Circular nº 04/2020/GAB-SEFIN, a Secretaria Municipal de Saúde deveria ter remetido o Ofício nº 691/2020-GAB/SEMSA e documentos que lhe seguem por intermédio de despacho requisitório de análise referente a modalidade licitatória e respectiva fundamentação legal.

2. Não tendo assim procedido, ou seja, sem especificar sobre quais questões jurídicas pretende a manifestação desta Procuradoria, analisar-se-á a referida documentação apenas sob aquele aspecto.

3. Referidos documentos foram recebidos nesta Procuradoria em 28/08/2020 e seguem adiante listados.

- a) Termo de Referência e respectivo anexo;
- b) 03 (três) orçamentos;
- c) Mapa comparativo de preços;
- d) Cópia de Carteira Nacional de Habilitação expedida pelo Departamento Nacional de Trânsito em nome de Marcos Silva de Brito e respectiva autenticação digital, emitida pelo Cartório Azevêdo Bastos;
- e) Comprovante de inscrição e de situação cadastral de M B Comércio EPP emitido pela RFB em 28/01/2020;
- f) Requerimento de empresário e respectiva autenticação digital, emitida pelo Cartório Azevêdo Bastos;
- g) Certificado de Regularidade do FGTS emitido em nome de Marcos Silva de Brito EPP, válido até 23/08/2020, vencido, portanto, na mesma data em que apresentado à esta Procuradoria;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº - CEP: 68.780-000 – CNPJ: 05.351.606/0001-95

h) Certidão negativa expedida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Marituba em nome de Marcos Silva de Brito - EPP, válida até 26/10/2020;

i) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho em nome de Marcos Silva de Brito, válida até 26/09/2020;

j) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em nome de Marcos Silva de Brito, válida até 23/11/2020;

k) Certidões negativas de natureza não tributária e tributária expedidas pela Secretaria de Estado da Fazenda do Pará em nome de Marcos Silva de Brito - EPP, válidas até 27/09/2020;

2. A Procuradoria Geral do Município, no exercício das atribuições¹ e competências² previstas na Lei Municipal nº 229/2015, presta assessoria jurídica à Administração Direta do Poder Executivo. Dessa maneira, a orientação que eventualmente vier a ser registrada neste Parecer não abarca, por decorrência lógica, outros aspectos técnicos que refogem ao conhecimento jurídico e cuja consultoria a respeito deve ser prestada por órgãos/unidades técnicas(as) a fim de subsidiarem a decisão da autoridade.

3. O presente parecer tem natureza opinativa e, portanto, não obriga que a autoridade administrativa acate as suas conclusões, podendo esta adotar fundamentadamente decisão diversa em caso de discordância. Destaque-se que a presente manifestação jurídica não se confunde com a prática de atos de gestão, vez que não compreende análise de critérios técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade, restringindo-se à análise de requisitos legais previstos para a prática dos atos pretendidos pela Administração Pública.

¹ Artigo 4º - A Procuradoria Geral do Município tem as seguintes atribuições:

(...)

II - Exercer as funções de consultoria jurídica do Poder Executivo e da administração direta em geral;

(...)

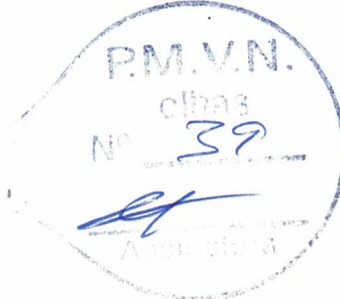
² Artigo 5º - Compete ao Procurador Geral do Município:

(...)

XI - Assessorar juridicamente ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e à direção superior municipal;

XII - Prestar à municipalidade esclarecimentos sobre a juridicidade das leis, normas e atos administrativos municipais;

(...)



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº - CEP: 68.780-000 – CNPJ: 05.351.606/0001-95

4. O Termo de Referência é instrumento altamente relevante às contratações públicas, posto que a correta especificação do objeto contribui de maneira determinante para a eficácia das licitações e dos contratos, devendo representar a conciliação de requisitos técnicos que atentem para os preceitos inerentes à boa e regular utilização de recursos públicos, evitando-se ao máximo as descrições imprecisas, desnecessárias, irrelevantes, excessivas e que podem acabar por contaminar toda a contratação.

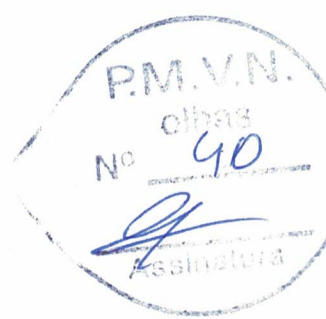
5. Nessa ordem de ideias, é importante descrever o objeto de forma precisa, suficiente e clara a fim de que corresponda a real necessidade do órgão, sendo vedada a indicação de marcas, razão pela qual no planejamento da contratação deve ser observado o princípio da padronização.

6. O Termo de Referência, no subitem 2.4, refere-se ao artigo 370 da Constituição Federal, contudo, depreende-se do contexto que a referência correta seria ao art. 37 daquela, pelo que se sugere análise e retificação.

7. Sugere-se que o subitem 9.13 seja modificado para o fim de que o critério de atualização monetária entre a data fixada para o adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento seja corrigida monetariamente pela variação do índice medido pelo IPCA para o período.

8. Adverte-se que embora a Lei nº 8.666/1993 exija somente que o contrato contenha a previsão de prazos de observação e de recebimento definitivo (v. art. 55, IV), é salutar que os mesmos sejam indicados pelo órgão que pretende a aquisição a fim de nortear a elaboração daquele instrumento.

9. Registre-se que o Certificado de Regularidade do FGTS encontra-se com validade expirada, razão pela qual recomenda-se que no momento imediatamente antecedente a contratação seja verificada a regularidade da interessada, juntando-se o devido comprovante aos autos.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº - CEP: 68.780-000 – CNPJ: 05.351.606/0001-95

10. Convém registrar que a contratação deve ser condicionada à comprovação desta regularidade, observado, em especial, o que impõe o art. 195, § 3º da Constituição Federal/1988.

11. Adverte-se que embora a Lei nº 8.666/1993 exija somente que o contrato contenha a previsão de prazos de início de etapas de execução e de conclusão (v. art. 55, IV), é salutar que os mesmos sejam indicados pelo órgão que pretende a aquisição a fim de nortear a elaboração daquele instrumento.

12. Como se vê do Ofício 691/2020-GAB/SEMSA e Termo de Referência, a própria autoridade competente invoca ao caso concreto a aplicação da Lei 13.979/2020, invocando no último também o art. 24, IV da Lei nº 8.666/1993.

13. Nesse contexto, é imperiosa a compreensão da distinção entre a hipótese de Dispensa de Licitação prevista no art. 24, IV da Lei nº 8.666/1993 e a nova hipótese de Dispensa de Licitação prevista no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, de caráter temporário e com requisitos legais próprios, calcados na existência de nexos entre a contratação e a melhor alternativa de enfrentamento à situação de emergência decorrente da disseminação do novo coronavírus.

14. Daí porque se sugere à autoridade competente avaliar qual hipótese legal melhor se adequa com o contexto da aquisição pretendida, explicitando-a adequadamente.

15. É oportuno esclarecer que dispensar a realização de uma licitação mesmo quando em relação ao objeto há a possibilidade de competição é uma faculdade criada pela Lei, inserida na competência discricionária da Administração, vinculada, entretanto, aos estritos termos das hipóteses prescritas em Lei.

16. As hipóteses em que a licitação pode ser dispensada encontram-se inscritas, além de na Lei nº 13.979, também e principalmente no artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, repressando todas ressalvas à regra da

³ Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a população, direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (...)

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios (...)

mul



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº - CEP: 68.780-000 - CNPJ: 05.351.606/0001-95

realização dos procedimentos licitatórios, cuja instituição fora expressamente autorizada pelo que se encontra previsto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.

17. Sucintamente são estas as permissões legais existentes para dispensar-se a realização de procedimento licitatório, sendo exclusivamente da autoridade competente a atribuição para, diante da hipótese concreta, autorizar seja a contratação realizada por esta via.

18. Há que se esclarecer que nada impede que a autoridade pública competente, após sopesamento, opte pela realização do procedimento licitatório nos termos previstos no art. 4º-G da Lei nº 13.979/2020 (já com as alterações empreendidas pela Lei nº 14.035/2020) que faz menção à possível realização da licitação na modalidade pregão com os prazos reduzidos à metade.

19. A este respeito é oportuno consignar o que diz a Nota Técnica nº 02/2020/TCMPA, aprovada pela Instrução Normativa nº 002/2020/TCMPA, com as alterações empreendidas pela Instrução Normativa nº 03/2020/TCMPA, de 15 de abril de 2020:

(...)

Reitera-se, de última forma, que cabe aos gestores municipais avaliarem o mecanismo de contratação frente ao fato gerador e tipo de objeto pretendido para contratação, de forma que sendo situação de enfrentamento atípico do combate à pandemia "NOVO CORONAVÍRUS" (COVID-19), poderá fundamentar seus atos na Lei Federal nº 13.979/2020, devendo, em tudo, observar as condições fáticas nos estritos termos legais dispostos na referida Lei.

(...) (destacamos)

20. É medida salutar que todos os documentos apresentados pelo particular ainda não autenticados sejam validados a fim de conferir-lhes autenticidade, medida que traz ao procedimento administrativo maior credibilidade e deve ser praticada com clareza de maneira que se possa identificar o responsável pela prática do ato (por meio de aposição de carimbo, p. ex.). Quanto

P.M.V.N.
olhas
Nº 43
Assinatura

ful



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº - CEP: 68.730-000 – CNPJ: 05.351.606/0001-95

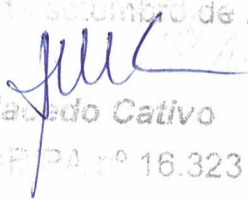
as documentos eletronicamente expedidos, convém sejam autenticados pelos meios próprios disponíveis e a devida comprovação seja anexada aos autos.

21. A autoridade deve atentar à obrigatoriedade de dar a devida publicidade aos atos atinentes a contratação, por intermédio da imprensa oficial e Mural de Licitações do TCM-PA, quando esta última for obrigatória.

22. Ante ao exposto, esta Procuradoria, observadas as ressalvas de atribuições próprias, sugere atenção às recomendações elencadas no presente parecer jurídico bem como sejam obedecidas as orientações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

23. É o parecer, salvo melhor juízo.

Vigia de Nazaré (PA), 05 de setembro de 2020.


Amauri de Macedo Cativo
Advogado – OAB/PA nº 16.323



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº, Centro, Vigia de Nazaré/PA, CEP: 68.780-000.



PARECER N. 340.09/2020

REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N. 7/2020-035 PMVN

Ementa: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. DISPENSA DE LICITAÇÃO. ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO, ART. 55, DA LEI N. 8.666/93. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. POSSIBILIDADE.

1. RELATÓRIO.

Os autos do processo de Dispensa de Licitação n. 7/2020/035 – PMVN, referente à contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais técnico hospitalares para suprir a Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF da Secretaria Municipal de Saúde, foram remetidos a esta Procuradoria Jurídica para análise e manifestação jurídica acerca da minuta do contrato.

Ao tempo em que ratificam-se os termos do Parecer Jurídico n. 306.09/2020 PGM/PMVN, registra-se que a presente manifestação restringe-se a análise da minuta de contrato acostada aos autos.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO.

Destaque-se, inicialmente, que a análise feita por esta Procuradoria cinge-se à obediência dos requisitos legais para a prática dos atos pretendidos pela Administração Pública, isto é, se os mesmos obedecem às formalidades prescritas ou não defesas em lei. Constitui, portanto, uma aferição técnico-jurídica que não se confunde com a prática de ato de gestão.

2.1. ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO.

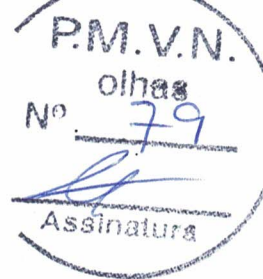
Nos termos do art. 55, da Lei n. 8.666/93, são cláusulas necessárias em todo contrato da Administração Pública as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;*
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;*
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização*



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº, Centro, Vigia de Nazaré/PA, CEP: 68.780-000.



monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O **preâmbulo da minuta do contrato administrativo** está conforme, contudo sugere-se a inserção, desde já, da legislação que regerá a contratação, assim como da forma de fornecimento.

A **CLÁUSULA PRIMEIRA** é descritiva do objeto razão pela qual sugerimos a indicação, desde logo, da especificação completa dos bens a serem adquiridos, sem a indicação da marca, e a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas, assim como dos valores unitários e totais, conforme termo de referência e de acordo com os incisos I e II, do §7º, do art. 15 da Lei n. 8.666/93¹.

A fim de entender ao **inciso II, do art. 55, da Lei n. 8.666/93**, entende-se por necessária a indicação da forma de fornecimento do objeto, se integral ou parcelada.

¹ Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (...) § 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda: I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca; II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação; (...)



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº, Centro, Vigia de Nazaré/PA, CEP: 68.780-000.



Consoante sugerido anteriormente e já consta campo próprio na Cláusula Primeira para preenchimento de valores unitários e totais, o preço restará indicado no contrato administrativo, da mesma forma as condições de pagamento e os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, consoante CLÁUSULAS DÉCIMA SEGUNDA e DÉCIMA QUARTA.

Não obstante, ainda em atenção ao inciso III, do art. 55, da Lei n. 8.666/93, sugerimos alteração do item 12.13, da **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** para que o critério de atualização monetária entre a data fixada para o adimplemento das obrigações e o efetivo pagamento seja corrigida pela variação do IPCA para o período.

Em atenção ao inciso IV, do art. 55, da Lei n. 8.666/93, muito embora a **CLÁUSULA QUARTA** apresente os prazos de início das etapas de entrega e a **CLÁUSULA OITAVA** apresente o cumprimento os prazos das etapas de recebimento provisório e definitivo do objeto, sugerimos que a minuta apresente o prazo de início da execução.

A **CLÁUSULA TERCEIRA**, em atenção ao inciso V, do art. 55, da Lei n. 8.666/93, apresenta o crédito pelo qual correrá a despesa, enquanto a **CLÁUSULA SEXTA**, em atenção ao inciso VI, do art. 55, do mesmo diploma legal, apresenta as garantias de fornecimento.

Os direitos e as responsabilidades das partes, assim como as penalidades cabíveis e os valores das multas, os casos de rescisão do contrato e o reconhecimento dos direitos da Administração nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93, encontram-se previstos nas **CLÁUSULAS SÉTIMA, DÉCIMA e DÉCIMA TERCEIRA**, em atenção aos incisos VII, VIII e IX do art. 55, da Lei n. 8.666/93.

No que tange à **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, a fim de atender ao disposto no art. 55, XI e XII, da Lei n. 8.666/93, sugere-se a previsão de expressa vinculação ao termo que dispensou a licitação e à proposta do interessado, assim como a previsão de fundamentação legal em conformidade com o referido termo e a legislação aplicável à execução do contrato, especialmente aos casos omissos, ao que sugere-se a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e da própria Lei n. 8.666/93.

Há previsão, na **CLÁUSULA SÉTIMA**, item 7.2.2., da obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato as obrigações e condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em atenção ao inciso XIII, do art. 55, da Lei n. 8.666/93.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua Prof. Noêmia Belém, s/nº, Centro, Vigia de Nazaré/PA, CEP: 68.780-000.



No mais, registra-se a previsão de cláusulas a indicar o valor e o prazo de vigência do contrato.

2.2. DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.

Consoante previsão constitucional, a Administração Pública deve observância ao princípio da publicidade, art. 37, *caput*, da Constituição Federal, razão pela qual, por oportuno recomenda-se a publicação dos atos e observância ao ao parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/1993² e às Resoluções n. 11.535/2014 e 11.832/2015, ambas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que tratam do Portal do Jurisdicionado.

3. DA CONCLUSÃO.

Por todo exposto, ressalvadas as ponderações feitas acima e as atribuições próprias desta Procuradoria, dentre as quais não se enquadram a avaliação de aspectos técnicos, administrativos e de conveniência e oportunidade, condicionamos a aprovação da minuta do termo aditivo apresentado ao acolhimento das sugestões acima.

É o entendimento, S.M.J.

Vigia de Nazaré (PA), 18 de setembro de 2020.


Amauri de Macedo Cativo

OAB/PA n. 016.323

² Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo de licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais: (...) Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.